

A Formação na Gestão dos Recursos Humanos

Por: José Carlos Fernandes Pereira
Presidente

AAAEDF – Associação dos Antigos Alunos do Externato Delfim Ferreira



Em Março analisámos a Estratégia de Lisboa, com especial enfoque na Educação como base fundamental para uma dinâmica europeia de civilização, prosperidade, cultura, saber e progresso social.

Por sua vez, a formação – o segundo elemento do tripé Educação, Formação e Literacia – assume uma prioridade cada vez mais relevante na estratégia para o desenvolvimento europeu, constituindo um importante indicador da gestão da qualidade e dos recursos humanos das instituições (v.g. normas ISO 9000).

Se uma Educação de qualidade, criadora de um manancial de Conhecimento e de Inovação, é a base para a qualificação e preparação dos recursos humanos para uma economia competitiva e sustentável em todo o espaço da União, a formação ao longo da vida deve ser o seu elemento multiplicador.

A qualificação de qualquer profissional não termina com um curso técnico ou de licenciatura. Pelo contrário. Qualquer instituição necessita de recursos humanos qualificados e com competências dirigidas ao cumprimento da missão a que se votam, pelo que cada colaborador deve estar orientado para a melhoria contínua da Instituição e para as responsabilidades específicas da sua função.

Seja na Instituição ou fora desta, cada profissional deve obter formação que lhe possibilite manter ou desenvolver as suas competências e o seu conhecimento, podendo revestir a forma de cursos, *workshops*, aprendizagens, treinos e aconselhamento no posto de trabalho, auto-formação ou formação à distância.

Um processo de formação planeado e sistemático deve corresponder às efectivas necessidades da Instituição, às necessidades de competências dos

seus recursos humanos e às necessidades de formação diagnosticadas.

Através da avaliação dos resultados, evidenciadores de uma mais-valia para o profissional e para a Instituição, e da monitorização para melhoria do processo de formação orientada para os seus objectivos, a formação será para a Instituição e para o indivíduo um investimento mais eficaz e motivador.

Numa estratégia europeia, o esforço de cada profissional e de cada instituição deve integrar-se numa matriz de qualidade de formação e desenvolvimento dos recursos humanos, por forma a assegurar linhas de rumo comuns no âmbito da formação e das actividades de educação vocacional na União.

Com a livre circulação de pessoas e com a crescente mobilidade de recursos humanos no espaço comunitário, para os quais o Processo de Bolonha e a Estratégia de Lisboa são ferramentas facilitadoras, impõe-se um aumento da clareza das competências das pessoas. Com a convergência das linhas de rumo, o mercado de trabalho europeu terá maior facilidade em comparar os perfis individuais na educação e na qualificação.

A realidade portuguesa é, por seu turno, bastante preocupante. Em termos de formação há ainda muito a fazer.

Uma grande parte dos trabalhadores portugueses tem qualificações escolares extremamente baixas. O nosso país tem três milhões de pessoas com níveis de escolaridade inferiores ao nono ano, muito aquém da média europeia.

É fundamental atribuir competências profissionais e escolares através de formações de recuperação escolar e qualificantes (com certificação profissional e escolar), bem como continuar a apostar na formação contínua de activos, em articulação com as

instituições e com as expectativas dos recursos humanos.

Porque urge uma formação profissional útil, com qualidade e adequada às necessidades, os ministérios, os gabinetes de gestão dos fundos estruturais comunitários, as autarquias, os institutos públicos, as escolas, as entidades formadoras devidamente acreditadas e as pessoas devem fazer uma reflexão séria e uma aposta firme na qualificação ao longo da vida.

N.B. – Enquanto assistimos a uma escalada dos preços do petróleo, as opções energéticas para as sociedades modernas estão na ordem do dia.

Portugal é o país da Europa que mais depende da energia importada, nomeadamente do petróleo, do gás e da energia eléctrica.

Debate-se a possibilidade de se efectuar um referendo nacional para que os portugueses se pronunciem pela construção de uma central nuclear.

Sendo nossa intenção abordar este tema no próximo número d' O Boca Aberta, deixamos o desafio aos alunos do Externato Delfim Ferreira para debaterem este tema e, caso entendam, enviar-nos as suas reflexões e conclusões para o endereço electrónico abaixo indicado.

jcarlospereira@netcabo.pt